

FLASH

REGIME EXCECIONAL E TEMPORÁRIO EM MATÉRIA DE ATOS E PRAZOS PROCESSUAIS E PROCEDIMENTAIS

Apresentam-se sucintamente as medidas aprovadas fundamentalmente pelos artigos 7 e 8 da Lei 1-A/2020 de 19 de março.

Medidas com reflexo nos prazos e diligências

A Lei introduziu alterações muito relevantes em matérias judiciais e procedimentais, correspondendo à necessidade de implementar medidas excecionais e temporárias de resposta à atual situação epidemiológica.

SÍNTESE

- Este regime vigora até ser decretado o contrário;
- Os atos processuais e procedimentais que impliquem a comparência dos seus intervenientes só serão realizados nos processos urgentes e em que estejam em causa direitos fundamentais:
 - Por meios de comunicação à distância, adequados, designadamente teleconferência ou videochamada;
 - Presencialmente, só os atos e diligências urgentes em que estejam em causa direitos fundamentais, adiante especificados, desde que a sua realização não implique a presença de um número de pessoas superior ao previsto pelas recomendações das autoridades de saúde e de acordo com as orientações fixadas pelos conselhos superiores competentes;
- Estão suspensos:
 - Os prazos de prescrição e caducidade;
 - Os prazos processuais e procedimentais

estão suspensos (também nos processos urgentes, com as ressalvas dos parágrafos anteriores e dúvidas de interpretação e aplicação neste caso);

- As ações e procedimentos especiais de despejo, e para entrega de coisa imóvel arrendada, nas condições adiante especificadas.

REGIME TEMPORÁRIO DAS FÉRIAS JUDICIAIS

Começaremos por identificar quais são as regras gerais: Até ao decretamento da cessação da situação excecional vigente (de prevenção, contenção, mitigação e tratamento da infeção epidemiológica por SARS-CoV-2 e da doença COVID-19), aplica-se o **regime das férias judiciais** aos atos processuais e procedimentais que devam ser praticados no âmbito dos processos e procedimentos, que corram termos nos:

- Tribunais judiciais,
- Tribunais administrativos e fiscais,
- Tribunal Constitucional,
- Tribunal de Contas
- Demais órgãos jurisdicionais, tribunais arbitrais, Ministério Público, julgados de paz, entidades de resolução alternativa de litígios e órgãos de execução fiscal.



O exposto aplica-se ainda, com as necessárias adaptações, a:

- a) Procedimentos que corram termos em **cartórios notariais e conservatórias**;
- b) Procedimentos **contraordenacionais, sancionatórios e disciplinares**, e respetivos atos e diligências que corram termos em serviços da administração direta, indireta, regional e autárquica, e demais entidades administrativas, designadamente entidades administrativas independentes, incluindo o **Banco de Portugal** e a **Comissão do Mercado de Valores Mobiliários**;
- c) Os **prazos tributários** que corram a favor de particulares e digam respeito apenas aos atos de interposição de impugnação judicial, reclamação graciosa, recurso hierárquico, ou outros procedimentos de idêntica natureza, bem como aos prazos para a prática de atos no âmbito dos mesmos procedimentos tributários.
- d) Os **prazos administrativos** que corram a favor de particulares.

A aplicabilidade do "*regime das férias judiciais*" implica que o prazo processual, estabelecido por lei ou fixado por despacho do juiz, sendo contínuo, se suspende **durante a vigência deste regime extraordinário**, salvo se a sua duração for igual ou superior a seis meses (conforme o artigo 137 n.º 1 do CPC que aqui se aplica neste segmento)

O caso especial dos processos urgentes merece também um tratamento especial (a que infra aludiremos), que difere, em parte, do prescrito no n.º 1 do artigo 138 do Código de Processo Civil e no n.º 2 do artigo 103 do Código de Processo Penal.

Mantém-se a regra de que quando o prazo para a prática do ato processual terminar em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte. Tal regra não colide com o disposto neste regime excecional.

PRAZOS DE PRESCRIÇÃO E CADUCIDADE

A situação excecional constitui igualmente causa de suspensão dos prazos de **prescrição** e de **caducidade** relativos a todos os tipos de processos e procedimentos, num regime excecional e temporário que **prevalece** sobre quaisquer regimes que estabeleçam prazos máximos imperativos de prescrição ou caducidade, sendo os mesmos alargados pelo período de tempo em que vigorar a situação excecional.

PREVALÊNCIA

O disposto na Lei 1-A/2020 de 19 de março prevalece sobre normas legais, gerais e especiais que disponham em sentido contrário (designadamente constantes da Lei que aprova o Orçamento do Estado).

PRÁTICA DE ATOS POR MEIOS DE COMUNICAÇÃO À DISTÂNCIA

Sempre que **tecnicamente viável**, é admitida a prática de quaisquer **atos processuais e procedimentais** através de **meios de comunicação à distância adequados**, designadamente por teleconferência ou videochamada.

Em princípio tais atos só se praticarão quando estejam em causa situações que, para além de urgentes, contendam com direitos fundamentais, conforme exporemos, infra.

PROCESSOS URGENTES E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Nos **processos urgentes** os prazos suspendem-se, salvo se for tecnicamente viável a prática do concreto ato através de meios de comunicação à distância e, ainda, no caso de estarem em causa **direitos fundamentais**.

Só se realizam **presencialmente** os atos e diligências urgentes em que estejam em causa **direitos fundamentais**, nomeadamente:

- a) Diligências processuais relativas a **menores em risco** ou a **processos tutelares educativos** de natureza urgente,
- b) Diligências e julgamentos de **arguidos presos**,



Em todo o caso, a realização de atos presenciais não pode implicar a presença de um número de pessoas superior ao previsto pelas recomendações das autoridades de saúde e de acordo com as orientações fixadas pelos conselhos superiores competentes.

O n.º 8 do artigo 7 ressalva esta suspensão só quando os atos puderem ser praticados através de "meios de comunicação à distância adequados, designadamente por teleconferência ou videochamada", assim parecendo limitar o seu escopo à prática de atos que impusessem a presença física dos intervenientes, agora substituída pelo uso destes meios.

No entanto, a interpretação dos n.ºs 5 e 8 do artigo 7 suscita dúvidas de aplicação, pelo que, para acautelar o risco de preclusão de direitos, a prudência aconselha a inclusão no naípe de atos a praticar nos processos urgentes os que o puderem ser por meios eletrónicos, designadamente as plataformas Citius e SITAF.

IMÓVEL ARRENDADO OU ONERADO COM HIPOTECA

Para além da questão estrita do tratamento dos prazos processuais e da prática de diligências em processos e procedimentos, é de salientar, que no n.º 10 do artigo 7 e no artigo 8 se determina, ainda, a suspensão:

- a) Das ações de **despejo**,
- b) Dos procedimentos especiais de **despejo**
- c) Dos processos para **entrega de coisa imóvel arrendada**, quando o arrendatário, por força da decisão judicial final a proferir, possa ser colocado em situação de fragilidade por falta de habitação própria;
- d) Da produção de efeitos das denúncias de **contratos de arrendamento** habitacional e não habitacional efetuadas pelo senhorio;
- e) Da execução de **hipoteca sobre imóvel** que constitua habitação própria e permanente do executado.

ENTRADA EM VIGOR, PRODUÇÃO DE EFEITOS, VIGÊNCIA E FÉRIAS JUDICIAIS

Entrada em vigor: **20 de março**.

Produção de efeitos: **9 de março** (por referência ao disposto no artigo 37 do Decreto-Lei 10-A/2020 de 13 de março, que estabelece esta data para o início da produção de efeitos relativamente às normas que, nesse diploma, regulam os atos e diligências processuais e procedimentais).

Cessação do regime: Ocorrerá em **data a definir** por decreto-lei, no qual se declarar  o termo da situação exce ional.

Férias judiciais: Após a data da cessação da situação exce ional de caráter preventivo que fundamenta a adoção deste regime, a Assembleia da República procede à adaptação, em diploma próprio, dos períodos de **férias judiciais** a vigorar em **2020**.

NOTA: Esta informação é de envio reservado e não deve ser compreendida como qualquer forma de publicidade, pelo que se encontra vedada a sua cópia ou circulação. A informação apresentada e as opiniões expressas são de caráter geral e abstrato, não substituindo o recurso a aconselhamento jurídico adequado e específico para a resolução de casos concretos.

20 de março de 2020

Bárbara Marinho e Pinto

José Gonçalo Pereira